
CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Giuslene Cristina Fernandes Franco*

RESUMO

O processo inclusivo vem sendo tateado ao longo do tempo e, mesmo hoje, com alguns ganhos, enfrenta obstáculos a serem superados. Há muito tempo a Psicologia e a Educação estão atreladas, mas o trabalho do psicólogo inicialmente estava voltado para diagnósticos, laudos e avaliações que promoviam ainda mais a segregação. Atualmente sua atuação mudou, está mais dinâmica e voltada para a pluralidade das questões que envolvem a escola e o processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, a atuação do psicólogo capacitado se mostra como potencializadora da inclusão, devido ao seu papel como agente de mudanças dentro da escola. O objetivo deste estudo foi conhecer se a rede de escolas públicas municipais da cidade de Ituiutaba/MG conta com o trabalho desse profissional e discutir a respeito do próprio processo inclusivo de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Para o desenvolvimento do mesmo foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas públicas de inclusão e acerca da atuação do psicólogo escolar assim como uma pesquisa documental a partir de uma entrevista na Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba/MG a fim de saber da existência do trabalho do psicólogo na rede. Através da pesquisa foi possível perceber que existem leis que garantem direitos às pessoas com deficiência, mas que na realidade isso não acontece como deveria e a exclusão se faz presente na escola e na sociedade. Sociedade esta, que se insere num regime capitalista que prega a exclusão, aqueles que não correspondem ao padrão são discriminados, seja por baixas condições econômicas, por ideais de beleza e de consumo, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Políticas públicas. Psicólogo escolar.

* Graduada em Psicologia pela UEMG. Especialista em Inclusão pela ICH/UFU – Especialização em Inclusão da Diversidade no Espaço Escolar. Psicóloga na rede municipal, no Núcleo Ampliado da Saúde da Família em Ituiutaba-MG (NASF). E-mail: giuslenecristina@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O contexto escolar é um espaço que permite muitas reflexões e hoje esbarra na questão da inclusão, uma necessidade e ao mesmo tempo uma realidade que surge nesse cenário. Diante disso o presente trabalho tem como objetivo conhecer se a rede de escolas públicas municipais de Ituiutaba conta com o trabalho do psicólogo e qual a importância da atuação deste profissional como agente da inclusão. Partindo desse ponto a pesquisa também visa refletir a respeito da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares bem como abordar brevemente fatos históricos relevantes no processo inclusivo e os avanços nas políticas públicas que asseguraram a inclusão de alunos com deficiência. O trabalho tem como referência a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva do Ministério da Educação que através da Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007 define o conceito de pessoa com deficiência. De acordo com esta Portaria pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial podendo encontrar barreiras e ter sua participação restringida na escola e na sociedade. Porém, até se chegar a esse conceito as pessoas com deficiência receberam muitos rótulos inadequados que aumentavam a discriminação.

As pessoas com deficiência necessitam ser incluídas nas escolas, entretanto o processo inclusivo é uma realidade recente a qual vem se construindo devagar, assim como a Psicologia que se caracteriza como uma ciência e uma profissão em expansão, pois foi reconhecida somente em 1962. Desde o início sempre houve essa ligação entre Educação e Psicologia, porém, inicialmente, o trabalho do psicólogo se restringia apenas a avaliação e diagnóstico de alunos com comportamentos desviantes do padrão, prática essa que maximizava a criação de rótulos e a exclusão. Contudo, com o passar dos anos, o trabalho deste profissional tem se tornado mais amplo possibilitando muitas outras ações na escola, inclusive auxiliando na inclusão das diferenças e deficiências.

Autores como Mendes (2010), retratam a evolução da inclusão no Brasil, levantando vários questionamentos e Bueno (1993) também retoma aspectos relevantes do processo inclusivo. Alguns marcos legais são considerados avanços

significativos, porém ainda há muito que acontecer na realidade para se falar em inclusão de fato.

Com relação a atuação do psicólogo autores como Witter (1996) e Crippa (2008) abordam a importância do mesmo e sua função além da “clínica na escola” a qual era submetido seu trabalho inicialmente. Os autores enfatizam a necessidade de um trabalho mais abrangente que inclui promover suporte à equipe pedagógica, conhecer a realidade dos alunos e suas dificuldades com relação ao processo de ensino- aprendizagem, propor estratégias de intervenção que facilitem esse processo, facilitar a inclusão e a resolução de problemas dentre outros.

A Psicologia voltada para a Educação pode ajudar o professor a compreender a essência da aprendizagem podendo assim adaptar e ajustar sua forma de ensinar às diferentes necessidades do aluno, pois cada um tem sua individualidade e aprende de forma diversa. Em uma sala de aula há uma grande variedade com relação aos níveis de inteligência, aptidões, gostos e habilidades dos alunos. O psicólogo pode auxiliar o professor nessa dinâmica, assim como pode contribuir na compreensão da saúde mental e desenvolvimento do aluno.

A presente pesquisa foi iniciada devido ao interesse pessoal da pesquisadora em aprofundar seus conhecimentos acerca da inclusão e conhecer se existem psicólogos escolares que trabalham nas escolas públicas municipais de Ituiutaba/MG e, se houver, entender como tem sido sua contribuição no processo de inclusão dos alunos que necessitam de algum suporte especial.

Para desenvolver este trabalho foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, fazendo uma revisão da literatura a respeito da evolução histórica da inclusão até a atualidade levantando alguns marcos nas políticas públicas e também uma reflexão sobre o trabalho do psicólogo inserido nas escolas. Posteriormente foi realizada uma pesquisa documental a partir de uma entrevista na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ituiutaba/MG para saber se existe o trabalho do psicólogo escolar nas escolas vinculadas a esta secretaria. Por fim, os resultados foram apresentados, posteriormente foram analisados e foi feito um levantamento das informações obtidas. Nas considerações finais foi realizada uma análise sintética sobre as questões principais referentes ao tema.

Avanços nas políticas públicas

A inclusão escolar ainda é um processo que está se edificando, pois é algo relativamente novo. Até a década de cinquenta quase não se falava em Educação Especial no Brasil, já em outros países da Europa esse movimento começou um pouco mais cedo.

Retomando a trajetória histórica pode-se perceber que em tempos remotos as pessoas com deficiência eram totalmente excluídas da sociedade, apenas ficavam em casa sendo cuidadas por familiares. Posteriormente os mesmos passaram a ser vistos sob a ótica da caridade e surgiram no Brasil as primeiras entidades filantrópico-assistenciais de caráter religioso (BUENO, 1993).

De acordo com Mendes (2010) o marco histórico da Educação Especial no Brasil aconteceu em 1854 e 1857 com a criação do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto Surdos-Mudos respectivamente. Foi o pontapé inicial, a partir disso, muitas outras instituições surgiram. A criação destas escolas foi muito importante nesse momento, mas essas instituições não contribuíam para a socialização das pessoas com deficiência, alojando-os em lugares específicos isolados dos demais.

Somente a partir da década de setenta, que se iniciaram os questionamentos sobre as institucionalizações e começou o movimento de integração (BUENO, 1993). A sociedade passou a repensar a forma como eram tratadas as pessoas com deficiência e buscar por outras alternativas.

Segundo Sasaki (2002), o movimento de integração social passou a ser discutido, num momento em que se iniciaram tentativas de inserir a pessoa com deficiência na sociedade de forma geral. Mas nessa época, a ideia de inclusão ainda não se fazia presente.

Aliás, inclusão é um termo relativamente muito atual, pois conforme Mendes (2010) somente na década de noventa se difundiu no Brasil com o início da reforma educacional. Contudo, este é um processo que está sendo trilhado e precisa evoluir para que as pessoas com deficiência de fato se incluam na sociedade.

Para Sassaki (2002) é fundamental que não sejam feitas distinções de oportunidades para todos os cidadãos, incluindo também as pessoas com deficiência para que possam ter acesso igualitário a serviços, bens, ambientes e a mesma estrutura dos demais em prol da realização de seus objetivos. Ou seja, para

o autor a inclusão se faz essencial para que todos tenham as mesmas oportunidades e para que haja equidade de direitos às pessoas com necessidades especiais.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um avanço após anos de lutas e movimentos que buscavam por mudanças, pois a mesma passa a assegurar no artigo 208 como dever do Estado o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Finalmente fica determinado que tenham direitos legais de serem incluídas nas escolas regulares e que possam conviver com os demais em situação de igualdade.

Porém, mesmo depois de alguns anos de sua criação ainda existem dificuldades de estabelecer na prática o que é previsto em lei. Analisando a realidade das escolas é possível perceber que muitas vezes o aluno com deficiência não recebe de fato um atendimento especializado. Algumas vezes não existe um profissional suficientemente capacitado na escola para tal. Essa não é a realidade de todas as escolas públicas do país, em muitas não há nem estrutura de acomodação aos alunos ditos “normais” e muito menos ao aluno com deficiência. E não se trata somente de estrutura física e de acessibilidade, faltam atitudes abertas à inclusão e ações que viabilizem este processo.

Ainda em se tratando de avanços, a Declaração de Salamanca (1994) foi um documento inovador que trouxe uma nova visão de educação especial. O documento postula que cada criança é única e tem suas características individuais tendo assim direito à educação, igualdade de oportunidades e acesso à escola regular a qual deve ser capaz de atender as necessidades educacionais desta criança.

Foi mais um degrau na escada da inclusão sendo traçado e de suma relevância neste processo. A sociedade é levada a repensar os caminhos e buscar outras formas de lidar com as pessoas com deficiência. O intuito da Declaração de Salamanca é perceber as crianças como seres diferentes e que nem por isso devem ser tratadas de forma excludente e sim devem ser aceitas e acolhidas com respeito às suas diferenças visando a busca de suas potencialidades de acordo com as estratégias que forem necessárias.

Também é importante lembrar que em dezembro de 1996, entra em vigor a Lei nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação com um capítulo específico

debruçado à Educação especial. O capítulo V da LDB reforça que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviços de apoio especializado. Ainda acrescenta a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado para receber esses alunos e não somente o professor, mas toda a equipe. Compreender e atender a diversidade dos alunos é algo complexo e requer um esforço maior deste educador. O mesmo deve para tal buscar conhecimento e estar atento aos comportamentos e necessidades de cada aluno.

Muitas mudanças foram ocorrendo e algumas políticas públicas surgiram a fim de legalmente garantir a inclusão assim como assegura as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, o qual determina que as escolas devem matricular todos os alunos, cabendo as mesmas se organizar para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo garantir que o processo inclusivo seja efetivado assegurando o acesso às pessoas com deficiência ao ensino regular em todas as esferas de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior; ofertando atendimento educacional especializado; possibilitando a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais que atuem na educação para facilitar a inclusão; incentivando a participação da família e da comunidade; garantindo acessibilidade arquitetônica; dentre outras.

Dentre as minorias excluídas na sociedade as pessoas com deficiência conseguiram aparatos legais que garantem sua inclusão e acesso aos mesmos direitos, e não se pode negar que são marcos importantes nessa caminhada em busca de igualdade. Entretanto, ainda assim, na prática, existe muita discriminação e em várias situações as pessoas com deficiência e suas famílias precisam recorrer veementemente a esses direitos sendo que, nem sempre são atendidos em suas necessidades. É possível notar que a sociedade e as autoridades ainda não internalizaram essas leis, sendo necessário muito esforço para que de fato aconteça de forma natural o que está determinado em lei.

Diante disso, o trabalho de um psicólogo capacitado pode contribuir para que se cumpram as políticas públicas em vigor, como a Constituição Federal e a LDB, já que ele pode agir respaldado pelas mesmas. O psicólogo na escola deve ser um facilitador da resolução de problemas e agente de mudanças neste cenário atuando de forma ativa dentro da equipe. Martinez (2007) concorda com esse pensamento destacando como uma das funções do psicólogo escolar na perspectiva emergente facilitar a implementação de políticas públicas de forma crítica, reflexiva e criativa.

O trabalho do(a) psicólogo(a) escolar frente à inclusão

Assim como a inclusão é algo em ascensão, a própria Psicologia também se caracteriza como uma ciência e uma profissão em expansão, pois somente com a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962 é reconhecida a profissão de psicólogo, fixando-se as normas para a atuação profissional e criando-se os primeiros cursos de formação.

A Psicologia se inseriu na área da Educação através dos conceitos da Escola Nova em 1988 dando espaço ao uso de testes de inteligência. Este movimento pressupunha o desenvolvimento completo da criança, isto é, físico, psíquico, social e intelectual (JANNUZZI, 1985). Então, desde o início sempre houve essa ligação entre Educação e Psicologia, mas, inicialmente, o objetivo desta última era apenas avaliar, diagnosticar e atender crianças com dificuldades escolares ou desviantes do padrão num modelo meramente clínico e enfatizando ainda mais a segregação.

Porém, alguns psicólogos escolares e pesquisadores da área começaram a criticar esse modelo que se baseava num modelo médico e assim as mudanças começaram a ocorrer caracterizando hoje o panorama atual de atuação de forma diferente, mais abrangente e complexo, visando, portanto, compreender o processo ensino-aprendizagem como um todo, facilitando mudanças, a resolução de problemas e também a inclusão.

De acordo com Crippa (2008) o psicólogo não pode se desvincular totalmente desse viés clínico que supõe saber fazer avaliações e diagnósticos, mas o mesmo deve saber seu papel dentro da escola. Dentre suas funções, a autora destaca possibilitar a inclusão.

O trabalho do psicólogo pode ser uma ferramenta nesse processo pois, este profissional pode auxiliar a equipe a compreender a individualidade de cada aluno auxiliando na busca de outras estratégias de ensino.

De acordo com Pires e Pires (1998) o desafio inicial da inclusão seria informar e conscientizar os educadores, a equipe técnica, a família e a comunidade em geral a respeito da inclusão e como lidar com esses alunos. Frente às necessidades evidentes de incluir essa demanda crescente, seriam necessárias tentativas no sentido de preparar a equipe. Para isso o trabalho do psicólogo escolar é peça fundamental, pois ele pode contribuir positivamente nesse cenário.

Crippa (2008) afirma que o psicólogo deve desenvolver ações abrangentes na escola como realizar grupos de encontros para identificação, discussão e procura de respostas às dificuldades encontradas na escola. A autora ressalta ainda que é preciso um trabalho coletivo preocupado com a elaboração de possibilidades de atuação. E acrescenta que o psicólogo deve atuar juntamente com as famílias, com os professores, alunos e funcionários. Tais ações visam o favorecimento dos processos de aprendizagem das crianças com deficiência. Para a autora, o psicólogo precisa trabalhar de maneira multidisciplinar.

A Resolução nº 13/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007, p.18) estabelece que o profissional de Psicologia especialista em psicologia escolar deve atuar no âmbito da educação formal, realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e de forma individual. O CFP afirma ainda que para realizar as intervenções necessárias deve considerar as características do corpo docente, do currículo, das normas da escola, do material didático, do corpo discente e outros elementos do sistema.

O CFP define também como atribuições do psicólogo atuar de forma interdisciplinar em parceria com a equipe a fim de colaborar com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos e projetos pedagógicos e analisar as características do aluno portador de necessidades educacionais especiais para que possa orientar a criação de programas especiais de ensino voltadas e essa demanda. O próprio CFP orienta e estimula ações abrangentes deste profissional nas escolas.

Portanto é necessário repensar a atuação deste profissional, pois se o mesmo anteriormente ficava voltado a fazer “clínica” na escola, hoje não pode se limitar a

esta função. Deve buscar se capacitar para auxiliar os envolvidos na inclusão, oferecendo suporte aos professores e a equipe em geral. Afinal, seu trabalho não pode ser de mero avaliador e responsável pela produção de laudos, pois, infelizmente, muitas escolas e professores ainda se apegam a estes documentos como se fossem a resposta para tudo ou a desculpa para não se envolver efetivamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com dificuldades ou deficiências.

Assim a atuação deste profissional deve se fazer aberta a possibilidades emergentes no contexto atual, o mesmo deve trabalhar com as famílias, a equipe escolar e também com os alunos.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas pelo psicólogo escolar, Mcnamara (1998) fala sobre a importância de coletar dados a respeito das crianças e suas dificuldades, investigar variáveis que podem interferir no desenvolvimento das mesmas, propor e desenvolver estratégias de intervenção, avaliar resultados e dar suporte aos professores da educação regular e especial.

Witter (1996) vem somar com estas ideias, dizendo que também é função do psicólogo o fornecimento de apoio aos programas para alunos com deficiências, a assessoria à professores e administradores, contribuindo com sugestões para a melhoria dos currículos escolares, bem como com o favorecimento da relação escola-família facilitando a proximidade entre estas.

Para conseguir abarcar todas estas possibilidades o psicólogo escolar precisa se capacitar para auxiliar os envolvidos na inclusão, oferecendo apoio e orientação aos educadores, à equipe em geral e as famílias das crianças com deficiência.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste trabalho, a pesquisadora iniciou uma pesquisa bibliográfica sobre os assuntos abordados no mesmo. Essa pesquisa foi feita a partir da coleta de informações encontradas em artigos científicos impressos e eletrônicos, assim como livros e documentos oficiais disponíveis na internet. Posteriormente, a pesquisadora realizou uma pesquisa documental qualitativa na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ituiutaba/MG, onde foi entrevistada uma funcionária auxiliar administrativa desta secretaria. Nesta pesquisa foram investigados os

registros de cadastros de escolas credenciadas na Secretaria Municipal de Educação e dos profissionais que nela atuam para obter as informações almejadas.

Foi aplicada uma entrevista estruturada a uma funcionária responsável pelo setor administrativo a qual respondeu todas as cinco perguntas que continham a entrevista que pretendia conhecer quantas escolas a rede municipal detém e sobre a existência ou não do trabalho do profissional de Psicologia nas escolas públicas municipais de Ituiutaba/MG e como os mesmos lidam com a inclusão caso a rede conte com esse profissional.

Resultados

O trabalho contou com pesquisa documental estruturada, a qual foi respondida por uma funcionária auxiliar administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba/MG. Considerando as informações obtidas com a pesquisa os resultados foram apresentados a seguir sendo possível posteriormente pensar sobre a realidade das escolas públicas municipais da cidade de Ituiutaba.

A entrevista continha cinco questões, sendo a primeira pergunta: quantas escolas existem na rede pública municipal, incluindo a zona rural? A entrevistada consultou os registros documentais para responder e informou que são vinte escolas.

A próxima pergunta, foi: existem psicólogos escolares atuando diretamente dentro das escolas da rede? A resposta foi que não há nenhum psicólogo inserido diretamente em nenhuma escola.

A pergunta de número três foi: em quantas escolas esse profissional se faz presente? Porém não há em nenhuma escola.

A pergunta de número quatro pedia para citar o nome das escolas que contavam com esse profissional. Porém, como mencionado, a entrevistada esclareceu que não existe esse trabalho em nenhuma escola da rede não sendo possível citar nenhum nome.

Para finalizar a entrevista a última pergunta, de número cinco foi: qual a opinião da entrevistada a respeito do trabalho do psicólogo escolar no processo de inclusão? A entrevistada respondeu que é um trabalho muito importante, acrescentou que faz muita falta nas escolas para auxiliar na inclusão. A mesma

disse ainda que, infelizmente, a gestão afirma que não tem condições financeiras suficientes para manter o psicólogo nas escolas. Disse também que, anos anteriores, existia esse profissional em algumas poucas escolas, mas os mesmos foram retirados há pouco tempo na gestão atual.

Assim, foi inviável realizar a segunda etapa da pesquisa a qual havia sido pensada para ser aplicada a um psicólogo inserido diretamente em alguma escola da rede pública municipal da referida cidade para conhecer como se faz seu trabalho sob o ponto de vista da inclusão.

Análise dos resultados

A partir da pesquisa foi possível pensar sobre a rotina diária das escolas públicas municipais de Ituiutaba/MG na prática que acontece de forma bem diferente dos ideais garantidos pelas políticas públicas e a legislação vigente as quais afirmam a importância de atendimento especializado aos que necessitam, podendo assim, citar o trabalho do psicólogo, destacando seu papel e avançando quanto à inclusão. No entanto, o Estado, esse mesmo autor das leis, não garante recursos para a rede pública de ensino a fim de que as leis sejam cumpridas efetivamente. Então, nesse caso, a educação municipal, de responsabilidade da prefeitura municipal, mas que também conta com verbas federais, não disponibiliza esse importante serviço do profissional de psicologia à comunidade escolar.

Mesmo a LDB com a Lei nº 9.394/96 tentando garantir às crianças uma educação especializada, na rede pública e regular de ensino, não é isso que acontece. As escolas não contam com o psicólogo escolar, este profissional de atuação tão significativa. Com vinte escolas ao total, não existe apoio de nenhum psicólogo na rede e não há investimentos para inserir o trabalho do mesmo nas escolas. Ainda não se percebe a importância da atuação do psicólogo no processo de inclusão pelo Estado, o poder público, os gestores.

Apesar da fala da entrevistada que, reconhece a relevância deste profissional, afirmando que auxiliaria muito no processo de inclusão, é apenas uma opinião. Nem as leis são cumpridas e nem os envolvidos no processo educacional são ouvidos e atendidos. O Estado não se preocupa com uma educação de qualidade e não destina recursos para o cumprimento das leis.

O mesmo Estado que, com a Constituição Federal de 1988, garante escola regular e gratuita a todas as crianças e atendimento educacional especializado aos que precisam, não faz cumprir a lei na realidade da comunidade escolar. Ainda são precárias as ações de em prol da inclusão, sendo necessário avançar para além da legislação que muitas vezes não sai do papel, é apenas textual. Neste sentido Mendes afirma que,

As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam a falta de acesso, pois os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que ainda envolvem, desnecessariamente, a segregação escolar, há evidências que indicam um descaso do poder público em relação ao direito à educação para esta parcela da população; uma tendência à privatização (considerando que grande parte das matrículas continua concentrada na rede privada, e mais especificamente em instituições filantrópicas), e uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas, em comparação com a demanda existente. (2010, p. 106)

As escolas públicas municipais de Ituiutaba/MG também contemplam desta realidade, pois faltam profissionais suficientemente qualificados, como o profissional de Psicologia dentro das escolas e, o poder público, não está interessado em melhorar a qualidade da educação inclusiva como percebido na fala da entrevistada que diz que, a gestão não tem verbas para investir no trabalho do psicólogo escolar. Trabalho este que pode ser visto como uma ponte entre as leis e o cumprimento das mesmas criando uma realidade contextualizada com as necessidades educacionais especializadas dos alunos e facilitando a inclusão, mas isso parece estar longe de acontecer de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão tem sido traçado ao longo do tempo através de muitas lutas e mobilizações, em cada época com suas características diferentes avanços foram ocorrendo. Hoje pode-se dizer que, ainda serão necessários muitos esforços para garantir a inclusão nas escolas públicas e na sociedade de forma geral.

O próprio sistema capitalista, no qual a sociedade e a escola estão inseridas, tem como premissa a exclusão. Esse sistema prioriza o consumo, a competitividade, o ter e ser melhor, a busca desenfreada pela ascensão social e aqueles que, por questões de ordem social, econômica ou mesmo por alguma deficiência não conseguem acompanhar esse processo se veem marginalizados e excluídos dos parâmetros pré-estabelecidos pela sociedade capitalista.

A partir da pesquisa, foi possível perceber que, as leis existem e mostram um cenário ideal de inclusão que se faz distante na prática por diversos motivos, dentre eles a política e as práticas do poder público que não são inclusivas e não se interessam por uma educação de qualidade para todos. A exclusão é reforçada de diversas formas seja nos espaços, seja nas atitudes governamentais e na realidade das escolas.

Porém, ainda assim é válido tornar a afirmar que, o psicólogo é um profissional de atuação importante para contribuir com o que se propõe na legislação como a oferta de uma educação especializada na rede regular de ensino às crianças com necessidades especiais. Mas, o contexto em que se encontra a maioria das escolas públicas do país é bem aquém do esperado. As lutas das classes minoritárias foram e são válidas, são vozes que jamais podem se calar frente aos obstáculos, entretanto apesar de tantos esforços, até o momento ainda existe grande discrepância entre o ideal e o real e a sociedade continua a excluir e manter a segregação.

A pesquisa se faz importante para levantar reflexões sobre a inclusão sendo possível perceber que, desde o início, o diferente não é aceito e sofre com o preconceito, a discriminação e a exclusão. E isso se faz presente também atualmente. A sociedade resiste em ver o diferente com naturalidade e sempre busca igualar, equiparar as pessoas. Mas é preciso aprender que o ser humano é um ser singular, ímpar, sendo fundamental respeitar suas diferenças.

Pode-se arriscar a dizer também que, a pesquisa foi de grande valia para o crescimento acadêmico da pesquisadora e que pode servir de pano de fundo para que as autoridades responsáveis repensem sobre a realidade das escolas públicas municipais da cidade de Ituiutaba/MG. Afinal, uma rede com vinte escolas possui inúmeras crianças ímpares e que podem estar às margens da educação servindo apenas como números e estatísticas para o governo. Quantos não são seus anseios

por uma educação diferente e inclusiva?! Então é importante repensar, pois a inclusão está batendo à porta de todos e se fazem necessárias mudanças para que de fato ela aconteça.

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGISTS IN THE SCHOOL INCLUSION PROCESS

ABSTRACT

The inclusive process has been developed over time and even today, with some gains, there are still some obstacles to be overcome. Psychology and Education have been linked for a long time, but a psychologist's work was initially focused on diagnostics, reports and evaluations which further promoted segregation. Nowadays, their job hasn't changed and it's more dynamic and directed to the plurality of the questions that involve the school and the learning process. This way, the performance of the qualified psychologist is shown as an intensifier of the inclusion, due to its role as a change agent within the school. The objective of this study was to know if the network of municipal public schools of the city of Ituiutaba / MG counts on the professional work and discuss about the own inclusive process of people with disabilities in regular schools. For the development of this work a bibliographical research was made on the public politics of inclusion and about the performance of the school psychologist as well as a documentary research from an interview in The Education Department of Ituiutaba / MG in order to know the existence of the psychology professional's work in the school network. Through the research it was possible to see that there are laws that guarantee rights for people with disabilities, but, in fact, it's not done as it should be and exclusion is present at school and in society. This society, which is part of a capitalist system, preaches exclusion for those who don't correspond to the standard, and so they are discriminated by poor economic conditions, by ideals of beauty and by consumption, among others.

KEYWORDS: inclusion, public policies, educational psychologist

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: novembro de 17.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde**. – 3ª. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf>. Acesso em: novembro de 17.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em :< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em novembro de 18.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Disponível em :< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em novembro de 18.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Presidência da República (1962.), **Lei nº 4.119 de 27-08-1962**. *Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em: novembro de 17.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CRIPPA, Rosana Behaker Garcia. **O papel do psicólogo na óptica de professores de crianças incluídas no ensino regular: um estudo exploratório**. Tese de mestrado. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099683.pdf>>. Acesso em: novembro de 17.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

MARTINEZ, A. M. **O psicólogo escolar e o processo de implantação de políticas públicas: atuação e formação.** In: CAMPOS, H. (Org.). Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas. Campinas: Alínea, 2007. P. 109-133.

MCNAMARA, Kathy. **Adoption of intervention-based assessment for special education.** *School Psychology International*, v. 19, p. 251-266, 1998.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** *Revista Educación y Pedagogía*, vol. 22, num. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <

<https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: novembro de 17.

PIRES, José; PIRES, Gláucia. **A integração escolar de crianças portadoras de necessidades especiais na classe regular: implicações legais e compromisso social.** *Integração*, v. 10, n. 20, 1998.

RESOLUÇÃO CFP nº 13/2007. **Definição das especialidades a serem concedidas pelo Conselho Federal de Psicologia para efeito de concessão e registro de título de especialista em Psicologia.** Disponível em: www.crpsp.org.br. Acesso em jul. 20011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: novembro de 17.

WITTER, Geraldina Porto. Pesquisa em psicologia escolar. In: WECHSLER, Solange (Org.). **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática.** Campinas: Alínea, 1996. p. 129-141.